



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

11/02/2015 ATÉ 11/02/2015



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE JUSBRASIL.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 SITE JUSBRASIL.....	2
3	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	3.1 BLOG MARCELO VIEIRA.....	3
	3.2 SITE G1.....	4
4	CNJ	
	4.1 SITE JUSBRASIL.....	5
5	CORREGEDOR (A)	
	5.1 SITE CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	6
6	CORREIÇÕES	
	6.1 SITE JUSBRASIL.....	7
7	DECISÕES	
	7.1 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	8
	7.2 IMIRANTE.COM.....	9
	7.3 O IMPARCIAL ONLINE.....	10
8	EXECUÇÕES PENAIS	
	8.1 SITE JUSBRASIL.....	11
9	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	9.1 SITE JUSBRASIL.....	12
10	PRESIDÊNCIA	
	10.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	13
	10.2 SITE JUSBRASIL.....	14
	10.3 SITE MARANHÃO DA GENTE.....	15
11	SINDJUS	
	11.1 SINDJUS.....	16
12	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	12.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	17
	12.2 SITE JUSBRASIL.....	18

TJMA recebe a visita do governador Flávio Dino

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu nesta terça-feira (10) a visita de cortesia do governador do Estado, Flávio Dino, acompanhado do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, e dos secretários Marcelo Tavares (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Felipe Camarão (Gestão e Previdência) e Carlos Lula (Adjunto da Casa Civil).

O encontro teve a participação da vice-presidente do TJMA, Anildes Cruz, da corregedora-geral, Nelma Sarney, e da maioria dos desembargadores que integram o colegiado. Os gestores conversaram sobre assuntos de interesse comum entre os poderes Judiciário e o Executivo, como a questão do pagamento dos precatórios judiciais, execução fiscal e programas sociais mantidos pela Justiça estadual, dentre outros.

A presidente do TJMA e os desembargadores apresentaram ao governador demandas relacionadas ao funcionamento e estrutura do Poder Judiciário, como a necessidade de um terreno para construir unidades administrativas - objeto da Lei nº 10.166/2014; recursos para construção e reforma de fóruns; cooperação no combate ao crime organizado e em parcerias com vistas a impulsionar o trabalho da conciliação na solução de demandas judiciais.

Para a desembargadora presidente, a visita é sinal da harmonia e do diálogo existentes no relacionamento entre os dois poderes, e foi útil para a discussão de diversas demandas da Justiça estadual. Durante a conversa, a magistrada demonstrou preocupação com a carência de recursos financeiros para o enfrentamento da demanda judicial.

"A ampliação da estrutura do Poder Judiciário - do espaço físico ao número de magistrados e servidores-, é necessária, mas depende, 99%, da liberação financeira do orçamento pelo Executivo. Para nomear juízes e servidores precisamos de orçamento suficiente para pagar a folha, que já se encontra no limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos nomear sem ter recursos financeiros, porque isso iria onerar a folha de pagamento e a administração incidiria contra a Lei de Responsabilidade Fiscal", declarou a desembargadora Cleonice Freire.

Segundo o governador Flávio Dino, a visita foi solicitada com o objetivo de registrar o compromisso do governo com a autonomia do Poder Judiciário e com a independência judicial, e também para conhecer os programas sociais que o Tribunal de Justiça desempenha, com o compromisso de apoiá-los, sobretudo nas áreas de combate à violência contra a mulher e da infância e juventude, de grande importância para a população.

No que se refere ao pagamento das dívidas judiciais do poder público, em situação de inadimplência, Flávio Dino disse desejar retomar o pagamento dos precatórios em atraso, respeitando a prioridade, e demonstrou interesse em agilizar também outras ações judiciais importantes para o Estado, que poderão garantir atendimento adequado às questões da saúde e de outras políticas públicas.

"Tratamos das execuções fiscais e sobre o que poderemos fazer para que aqueles que devem ao Estado possam cumprir suas obrigações e com isso mantermos o financiamento das políticas públicas", acrescentou o governador.

SEGURANÇA - Durante a visita, o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, demonstrou preocupação com o combate ao crime organizado no Maranhão e com as condições de encarceramento dos condenados em regime de segurança máxima.

O magistrado destacou a experiência exitosa do Judiciário maranhense na realização das audiências de custódia na Central de Inquéritos da capital, modelo implantado com o fim de realizar triagem, averiguar a incidência de tortura física ou psicológica ao preso e examinar a legalidade e necessidade da prisão.

O governador do Estado anunciou, na oportunidade, que irá construir um presídio de segurança máxima no Estado, uma vez que o Presídio São Luís III, em Pedrinhas, não se presta a essa finalidade.

ORÇAMENTO - Ao final da audiência ficou acertado o compromisso de haver uma reunião técnica entre a área de orçamento do Tribunal de Justiça e a Secretaria de Planejamento do Estado, para que sejam analisadas as demandas do Judiciário, no que se refere à necessidade de recursos humanos e de infraestrutura, para que possa ser pactuado um cronograma visando ao atendimento dessas necessidades.

Também compareceram à visita os desembargadores Antonio Bayma, decano; Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Cleones Cunha, Benedito Belo, Joaquim Figueiredo, Maria das Graças Mendes, Paulo Velten, Lourival Serejo, Raimundo Melo, José Bernardo, José Luiz Almeida, Raimundo Barros, Ricardo Duailibe, Marcelino Everton, e João Santana. E, ainda, os juízes Luiz Gonzaga e Roberto Abreu Soares.

(Helena Barbosa-Ascom/TJ)

Preço do combustível em São Luís é um dos mais altos do Maranhão

A distribuição de combustível no Maranhão é feita a partir de uma base em São Luís e daqui seguem em trens ou em carrocerias de caminhões para os outros municípios maranhenses. No entanto, os preços praticados pelos postos de combustíveis na capital despertaram novas reações das autoridades de defesa do consumidor, principalmente por serem superiores aos valores praticados em outras regiões do estado.

Do Porto do Itaqui, local onde é descarregado o produto derivado de petróleo, até a cidade de Balsas, no Sul do estado, é de 774,4 quilômetros. Por lá, a gasolina comum é comercializada a R\$ 3,52, três centavos mais barato que em postos da capital, onde a gasolina está custando em média R\$ 3,55.

De acordo com o promotor de Defesa do Consumidor, Carlos Augusto Oliveira, não existe nada que justifique o aumento acima do valor estipulado pelo Governo Federal. "Nenhum dono de posto contratou, implantou melhorias em seu estabelecimento para justificar aumento de preço. O que ficou claro é que esse aumento resulta da esperteza", avaliou.

Outro exemplo pode ser visto em Timon, onde o combustível está R\$ 0,25 mais barato. Em Santa Inês, na região central do Maranhão, o preço é de R\$ 3,35. Em Codó, a gasolina comum gira em torno de R\$ 3,42. Em Açailândia custa R\$3,30. Na cidade de Imperatriz, sudoeste do estado, o consumidor precisa pagar R\$ 3,34 no litro de gasolina comum.

Com tanta variação de preços pelo estado o juiz Alexandre Lopes, coordenador do núcleo que trata de solução de conflitos no Tribunal de Justiça do Maranhão se manifestou sobre o aumento dos preços.

Para o magistrado esses abusos caracterizam eventuais cartéis. "Trata-se de um ato atentatório não apenas ao consumidor, mas a toda uma cadeia de produção de relacionamento. E esses abusos que se tornam até mesmo ilegais, por conta da formação de eventuais cartéis, já não são mais casos para conciliação. Já é caso de polícia e deve ser acionado o Ministério Público, pois passa a ser uma ação de interesse da coletividade", disse.

O Sindicato de Revendedores de Combustíveis de São Luís, disse que, por lei, não pode orientar a categoria sobre formação de preços, porque a prática caracteriza crime contra a ordem econômica.

A agência nacional do petróleo informou que não regula, nem fiscaliza os preços de combustíveis. E que o consumidor que identificar aumentos abusivos pode recorrer ao Procon.

G1/Maranhão

Justiça decreta prisão do acusado de assassinar ex-esposa em Olho D'Água das Cunhãs

A juíza Dr^a Mirella Cezar Freitas, titular da Comarca de ItapecuruMirim, expediu o mandato de prisão preventiva em desfavor de Antonio OliveiraCosta.

Antonio do Boiadeiro como também é conhecido, foi preso na manhã de ontem (09) na residência do pai senhor Edimar no Povoado Francelina (Olho d'Água das Cunhãs). O mandato foi cumprido pelo Delegado de Polícia Civil Dr. Alexandre Sermound e sua equipe composta pelos investigadores Rilson e Melquezedequê.

Contra o suspeito pesa à acusação de matar à ex-companheira Valdenes Oliveira a tiros dentro de uma oficina de motos, após discussão num bar.

Segundo informou à autoridade policial, o homem segue preso por tempo indeterminado, como expediu a justiça. Entenda o caso

O crime bárbaro chocou a cidade de Olho D'Água das Cunhãs. Por volta das 14h50 da quarta-feira (4) Antônio Oliveira Costa, conhecido como "Antônio do boiadeiro", matou sua ex-mulher com três tiros. A vítima Valdenes Pereira de Sousa, 32 anos, residia no povoado Francilina, zona rural daquele município. O casal estava no bar do Elias, na rua Marcos Passos, localizada às margens da rodovia MA 008, ingerindo bebida alcoólica, quando "Antônio do boiadeiro" se levantou para pagar a conta e a vítima saiu correndo pela pista.

Nas proximidades de uma oficina mecânica a mesma foi alcançada e atingida por um disparo de revólver efetuado pelo acusado. A bala atingiu o braço de "Val", como ela era conhecida. Em seguida, mais dois tiros acertaram seu peito.

Levada às pressas para o Hospital Municipal de Olho D'Água das Cunhãs, a vítima não resistiu e veio a óbito. Seu corpo foi velado e sepultado em Alto Bonito, município de Bom Lugar, onde sua mãe e outros familiares residem. (Com informações do Mearim Net).

Laboratório deve indenizar mãe por erro em diagnóstico de feto - Imirante.com

SÃO LUÍS - Um laboratório de análises clínicas foi condenado ao pagamento de R\$ 5 mil, a título de indenização por danos morais, a uma mãe que deu à luz uma criança diagnosticada com má formação congênita somente após o nascimento, por não ter sido o fato detectado nos exames ultrassonográficos feitos no laboratório. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que reformou sentença da 9ª Vara Cível da capital que julgara o pedido improcedente.

A cliente ajuizou a ação informando ter dado à luz a criança em abril de 2009, diagnosticada com má formação - desordem do crescimento esquelético da face, fusão dos tecidos labiais e deformidade de mãos e pés -, fato até então desconhecido para a mãe apesar da realização do regular pré-natal e exames.

O desembargador Vicente de Castro, relator do recurso, inverteu a obrigação de produzir provas em favor da paciente, considerando a relação jurídica entre as partes de natureza consumerista, de forma que caberia ao laboratório demonstrar a inexistência de falha na prestação do serviço para exonerar-se da responsabilidade, o que não ocorreu.

Segundo ele, o laboratório limitou-se a sustentar a impossibilidade de observação das imperfeições do feto através dos exames de ultrassonografia, resultando no dever de indenizar o prejuízo moral de acordo com a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual o fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação aos danos causados. "Constata-se que os exames laboratoriais concluem inexistir alterações nos membros do feto, o que aponta a verossimilhança das alegações da autora", observou.

Laboratório deve indenizar mãe por erro em diagnóstico de feto

Um laboratório de análises clínicas foi condenado ao pagamento de R\$ 5 mil, a título de indenização por danos morais, a uma mãe que deu à luz uma criança diagnosticada com má formação congênita somente após o nascimento, por não ter sido o fato detectado nos exames ultrassonográficos feitos no laboratório. A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJMA, que reformou sentença da 9ª Vara Cível da capital que julgara o pedido improcedente.

A cliente ajuizou a ação informando ter dado à luz a criança em abril de 2009, diagnosticada com má formação - desordem do crescimento esquelético da face, fusão dos tecidos labiais e deformidade de mãos e pés -, fato até então desconhecido para a mãe apesar da realização do regular pré-natal e exames.

O desembargador Vicente de Castro, relator do recurso, inverteu a obrigação de produzir provas em favor da paciente, considerando a relação jurídica entre as partes de natureza consumerista, de forma que caberia ao laboratório demonstrar a inexistência de falha na prestação do serviço para exonerar-se da responsabilidade, o que não ocorreu.

Segundo ele, o laboratório limitou-se a sustentar a impossibilidade de observação das imperfeições do feto através dos exames de ultrassonografia, resultando no dever de indenizar o prejuízo moral de acordo com a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual o fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação aos danos causados. "Constata-se que os exames laboratoriais concluem inexistir alterações nos membros do feto, o que aponta a verossimilhança das alegações da autora", observou.

Corregedoria retoma projeto Jovem Comissário em São Luís

Uma conversa entre o juiz corregedor José Américo Costa e alunos da Unidade Integrada Arimatéa Cisne, localizado na Estiva, marcou a retomada do projeto Jovem Comissário pela Corregedoria da Justiça, idealizado pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís. O encontro foi realizado nesta terça-feira (10) e contou com apoio de uma equipe de servidores da 1ª Vara. A iniciativa tem o objetivo de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Na ótica do juiz corregedor, a sociedade necessita da presença do poder público para garantir o fomento da cidadania, principalmente nas comunidades mais carentes. Afastado da 1ª Vara da Infância para exercer a função atual na Corregedoria da Justiça, José Américo implementou diversas iniciativas na área da infância e da juventude na capital maranhense e afirmou que a proposta para este ano é estender algumas iniciativas para todo o Estado.

"Com a reativação do Conselho da Infância e da Juventude pela Corregedoria, nossa atuação na proteção das crianças e adolescentes foi ampliada. A corregedora está montando uma nova composição e já vamos iniciar os trabalhos envolvendo outras comarcas do Estado. Nossa proposta é ampliar a atuação, alcançando as comarcas do interior e estimulando iniciativas de proteção aos menores nos mais diversos municípios, assim como institucionalizar os projetos voltados para proteção das crianças e adolescentes", garantiu José Américo.

Em conversa com alunos a equipe fez uma avaliação da execução do projeto na escola, oportunidade em que os estudantes foram capacitados para atuarem como multiplicadores. A proposta desta vez é dar prosseguimento a ações relativas ao projeto, mas envolvendo familiares dos alunos e também a comunidade em que estão inseridos. Os jovens aprovaram o projeto e de acordo com depoimentos são muitos os problemas na região. Eles destacam que a presença dos membros do Judiciário já ajudou na solução de problemas diários.

"Hoje, se me deparo com uma situação de violência contra menor já sei como fazer para resolver, para onde posso ligar ou quem procurar, como o Conselho Tutelar", disse Alef Sousa, que participou do projeto e acaba de concluir o Ensino Fundamental.

Para Vanessa Aguiar, aluna do 8º ano, o projeto contribui para autoestima. Ela avalia como positiva a experiência, mas reforça que a comunidade também precisa estar envolvida. "Seria bom levar essa iniciativa para toda a comunidade para que outras pessoas pudessem ter a mesma oportunidade de acesso a informações que são importantes", sugeriu.

Alguns temas foram propostos para as próximas etapas do projeto. Os estudantes querem o envolvimento das famílias e mais orientação sobre assuntos como relacionamento afetivo, educação e orientação de filhos, drogas ilícitas, direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e exploração da mão de obra infantil.

Multiplicação - Além de formar cidadãos conscientes de seus direitos, o projeto também tem a finalidade de desenvolver nos alunos o senso de responsabilidade sobre a realidade em que vivem, tornando-os multiplicadores de todo aprendizado.

"Vivi uma situação que pude resolver com a formação que tive no projeto. Uma vizinha minha saía de casa e deixava os filhos sozinhos. Aí eu conversei com ela e expliquei que ela não podia fazer isso, pois poderia até perder a guarda das crianças se fosse denunciada. Hoje ela não deixa mais as crianças sozinhas", contou Luis Felipe, aluno do 8º ano.

Realidade - Durante a reunião foram relatadas diversas dificuldades que a comunidade da Estiva enfrenta atualmente. A rede de serviços públicos é precária, com poucas oportunidades de lazer, prática esportiva e atividades culturais. Também houve diversos relatos do uso de drogas.

A equipe constatou que muitas crianças são colocadas para trabalhar no comércio que se instalou às margens da BR 135, em virtude da grande quantidade de caminhões que precisam parar no posto da Receita estadual. Apesar de contribuir para movimentar a economia na comunidade, os caminhoneiros fortalecem um comércio feito também por crianças.

Outro problema verificado foi a fragilidade nas relações familiares, uma vez que muitos pais precisam se deslocar até o Centro de São Luís para trabalhar, sendo obrigados a sair de casa antes do amanhecer e só retornando no período da noite. Durante todo o dia muitas crianças acabam ficando sem o acompanhamento dos pais. O deslocamento até a região central, por meio de transporte público, costuma demorar mais de uma hora.

Apoio - o Projeto Jovem Comissário é desenvolvido por uma equipe transdisciplinar e sua execução conta com a parceria promovida entre a Corregedoria Geral de Justiça; Tribunal de Justiça; Polícia Militar (GEAP); BEMFAM; Tribunal Regional Eleitoral; e Conselho Tutelar da Área Rural.

Esmam entrega certificados aos participantes do Fórum de direitos humanos realizado pelo SINDJUS-MA

10/02/2015 | 17:20

Os certificados serão entregues para os participantes do I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público. Os certificados serão entregues para os participantes do I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público.

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) informa a todos os participantes do I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público, que os certificados do evento já podem ser recebidos na Escola Superior da Magistratura do Maranhão - Esmam.

O fórum foi realizado pelo Sindjus-MA em celebração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, que é comemorado no dia 10 de dezembro, data em que o evento foi realizado no Fórum do Calhau, em São Luís.

Os certificados devem ser recebidos na Esmam, localizada na Rua das Sucupiras, S/N, Jardim Renascença, das 8h às 19h, no setor de treinamento e aperfeiçoamento. O certificado só poderá ser entregue ao próprio participante que se inscreveu no fórum. E para recebê-lo é necessário levar um documento de identificação pessoal.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone da Esmam (98) 3235-3231 no setor de ?treinamento e aperfeiçoamento

Corregedoria mostra produtividade maior na Justiça de 1º grau

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, apresentou em sessão plenária o Relatório de Desempenho da Justiça de 1º Grau em 2014. O documento é resultado de um estudo contínuo realizado pelo órgão e tem a finalidade de identificar entraves no cotidiano dos serviços oferecidos pelas unidades judiciais, ao mesmo tempo em que identifica a necessidade de melhorias na execução das atividades.

De acordo com o relatório, apesar do aumento da demanda processual por parte da sociedade, os juízes maranhenses estão mais atuantes e julgando mais a cada ano. Em 2014, o Índice de Desobstrução Processual (IDP), que mostra a relação entre o número de novas ações e a quantidade processos julgados, alcançou 90,69%, contra 81,66% e 63,28% em 2013 e 2012, respectivamente, revelando incremento das ações julgadas.

Para a desembargadora Nelma Sarney, o resultado positivo decorre de uma atuação mais planejada que vem sendo desenvolvida pelo Judiciário maranhense. Ela destaca a boa atuação da gestão anterior, sob a coordenação do desembargador Cleones Cunha, mas reforça que outras iniciativas foram implantadas, a fim de dar impulso ao julgamento das ações.

"É evidente que o Judiciário vive uma nova realidade, concretizada com a implementação de ações que têm resultado direto na melhoria dos processos e na eficiência dos serviços judiciais. Considerando o processo de evolução em busca da excelência, que é característico de um trabalho planejado, estamos dando continuidade, bem como melhorando e inovando em diversas frentes de ação", esclareceu a desembargadora. Corregedoria mostra produtividade maior na Justiça de 1º grau

Medidas - A análise permanente realizada pela Corregedoria da Justiça do Maranhão permite a adoção de medidas que visam a agilizar a prestação dos serviços judiciais, a exemplo da instituição do Projeto Estante Vazia e o novo modelo de correições estabelecido, que permite aperfeiçoar os procedimentos realizados nas unidades judiciais.

Um dos segmentos da Justiça com resultados mais expressivos foi o Sistema de Juizados. Conforme o Relatório de Desempenho, as ações judiciais nessas unidades passaram a tramitar com mais agilidade e a ser solucionadas em menos de um ano, chegando a um tempo médio de 256,5 dias para cada processo. O sistema contempla 33 juizados e 8 turmas recursais em todo o estado.

Em relação à Justiça de 1º grau, onde são contabilizadas as ações que tramitam nas varas judiciais, no ano passado a duração média dos processos manteve-se praticamente inalterada, se comparando a 2013. No ano de 2014, o tempo médio para julgamento das ações ficou em 451,13 dias, ante 443,21 do ano anterior.

Tendência - Apesar do considerável aumento dos julgamentos, a Corregedoria constatou que o número de processos subiu de 448 mil em 2013 para 456 mil no ano passado. Para a corregedora Nelma Sarney, o número reflete uma tendência nacional, em que praticamente todos os estados apresentam crescimento em seus acervos processuais. Ela afirmou que a tendência para os próximos anos é a diminuição do acervo, considerando o incremento de novos juízes em 2015.

De acordo com o Relatório Justiça em Números, divulgado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013 o acervo processual brasileiro cresceu 3,4% em relação ao ano anterior, apresentando um quantitativo de 95 milhões de ações. Para 2014, estima-se que esse número ultrapasse a casa dos 97 milhões de ações.

A pesquisa do CNJ revelou ainda que dos 28,2 milhões de processos instaurados no ano de 2013, os juízes conseguiram julgar 25,7 milhões. Isso representa um acréscimo de 2,5 milhões de novas ações em tramitação no Judiciário brasileiro. Se analisados separadamente, os números colocam o Maranhão em situação melhor que outros estados.

Meta Enasp - A comprovação da boa atuação da magistratura maranhense pode ser vista ainda por meio do cumprimento da Meta da Estratégia Nacional da Segurança Pública (Enasp). Em 2014, o Maranhão ficou à frente de todos os estados brasileiros no cumprimento desse objetivo, que teve a finalidade de julgar ações de crimes dolosos contra a vida.

Fonte: CGJ-MA

Preço do combustível em São Luís é um dos mais altos do MA

A distribuição de combustível no Maranhão é feita a partir de uma base em São Luís e daqui seguem em trens ou em carrocerias de caminhões para os outros municípios maranhenses. No entanto, os preços praticados pelos postos de combustíveis na capital despertaram novas reações das autoridades de defesa do consumidor, principalmente por serem superiores aos valores praticados em outras regiões do estado.

Do Porto do Itaqui, local onde é descarregado o produto derivado de petróleo, até a cidade de Balsas, no Sul do estado, é de 774,4 quilômetros. Por lá, a gasolina comum é comercializada a R\$ 3,52, três centavos mais barato que em postos da capital, onde a gasolina está custando em média R\$ 3,55.

De acordo com o promotor de Defesa do Consumidor, Carlos Augusto Oliveira, não existe nada que justifique o aumento acima do valor estipulado pelo Governo Federal. "Nenhum dono de posto contratou, implantou melhorias em seu estabelecimento para justificar aumento de preço. O que ficou claro é que esse aumento resulta da esperteza", avaliou.

Outro exemplo pode ser visto em Timon, onde o combustível está R\$ 0,25 mais barato. Em Santa Inês, na região central do Maranhão, o preço é de R\$ 3,35. Em Codó, a gasolina comum gira em torno de R\$ 3,42. Em Açailândia custa R\$3,30. Na cidade de Imperatriz, sudoeste do estado, o consumidor precisa pagar R\$ 3,34 no litro de gasolina comum.

Com tanta variação de preços pelo estado o juiz Alexandre Lopes, coordenador do núcleo que trata de solução de conflitos no Tribunal de Justiça do Maranhão se manifestou sobre o aumento dos preços.

Para o magistrado esses abusos caracterizam eventuais cartéis. "Trata-se de um ato atentatório não apenas ao consumidor, mas a toda uma cadeia de produção de relacionamento. E esses abusos que se tornam até mesmo ilegais, por conta da formação de eventuais cartéis, já não são mais casos para conciliação. Já é caso de polícia e deve ser acionado o Ministério Público, pois passa a ser uma ação de interesse da coletividade", disse.

O Sindicato de Revendedores de Combustíveis de São Luís, disse que, por lei, não pode orientar a categoria sobre formação de preços, porque a prática caracteriza crime contra a ordem econômica.

A agência nacional do petróleo informou que não regula, nem fiscaliza os preços de combustíveis. E que o consumidor que identificar aumentos abusivos pode recorrer ao Procon.

Corregedoria regulamenta informação eletrônica sobre venda de veículos

A Corregedoria Geral da Justiça publicou um provimento no qual regulamenta e determina às Serventias Extrajudiciais, com atribuição de Tabelionatos de Notas e Registro de Títulos e Documentos, a informação eletrônica e registro das operações de compra e venda ou qualquer outra forma de transferência de propriedade de veículos automotores ao órgão de trânsito do Estado do Maranhão.

A corregedoria-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou no documento que é papel do órgão consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos procedimentos serem adotados pelos notários e registradores no âmbito das serventias extrajudiciais. Foi levada em consideração a Carta de Salvador, que recomendou a todas as corregedorias a edição de provimentos que induzam os serviços notariais e registrais e a integrarem sistemas que assegurem o cumprimento dos princípios da publicidade e da imediatidade de seus efeitos em abrangência nacional.

O provimento resolve que as serventias extrajudiciais, as que possuem atribuição de tabelionato de notas e registros de títulos e documentos, serão obrigadas a informar eletronicamente qualquer forma de transferência de veículos ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN Maranhão. O envio dessas informações deverá ser feito por meio digital, observados os mecanismos de segurança que garantam o efetivo recebimento, sendo emitidos recibos digitais da operação.

Disserta o provimento que as serventias fornecerão, quando solicitadas pelo DETRAN, relação mensal das transferências de veículos automotores realizadas no período, sem prejuízo da certidão individualizada do registro de recibos digitais de operação. Caberá ao Instituto de Registradores de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica a gestão e administração desse sistema eletrônico de transmissão de dados, que já está sendo adquirido para este fim, sem qualquer custo para o Poder Judiciário e para o DETRAN Maranhão.

Deve-se levar em consideração a necessidade de oferecer à população um modelo moderno e transparente no processo de transferências veicular, eliminando os processos relacionados à responsabilidade civil sobre multas e problemas relacionados a transações de veículos, bem como cessando a necessidade de posterior comunicação da venda nos postos do órgão de trânsito, ressalta o documento da CGJ.

O provimento foi publicado no último dia 3 e entra em vigor quinze dias a partir do dia 18, ou seja, quinze dias após a publicação. Abaixo, em Arquivos Publicados, o provimento na íntegra.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Judiciário e órgãos do Governo discutem sobre atendimento às vítimas de violência no Maranhão

Com o objetivo de consolidar parcerias para implantação da rede de atendimento integrado às vítimas de violência no Estado, as coordenadoras do Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), juízas Sônia Amaral e Sara Gama, reuniram-se com o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e o secretário estadual de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, na segunda-feira (9) e terça-feira (10), respectivamente.

Durante as reuniões, as magistradas apresentaram as ações iniciais já implementadas pelo Centro e ressaltaram a necessidade de se ampliar a rede de atendimento às vítimas de violência no âmbito estadual, envolvendo todas as instituições que atuam nessa área.

Os representantes do Governo demonstraram interesse em somar com o CEAV, que é um serviço a ser ofertado à população, de forma integrada, pelo Judiciário e o Executivo. Os secretários demonstraram muita preocupação com o tema, motivo pelo qual saio das reuniões mais fortalecida e na certeza de que a parceria tende a crescer, declarou a juíza Sônia Amaral.

O secretário da Casa Civil, Marcelo Tavares, reconheceu a importância do serviço, e disse que área de Direitos Humanos será responsável por articular as ações necessárias.

Para Francisco Gonçalves, a articulação com o CEAV é relevante no conjunto de ações que a secretaria está se propondo a fazer nesta gestão. Temos como meta consolidar o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), já implementado pelo Governo e o CEAV. A iniciativa do Judiciário vem ao encontro do trabalho de ampliação desse tipo atendimento no Estado, disse.

Participaram da reunião, o secretário adjunto de Direitos Humanos, Igor Almeida, a coordenadora administrativa do CEAV, a advogada Rosa Serra e a coordenadora dos Centros de Defesa às Pessoas Vítimas de Violência, psicóloga Rossana Câmara.

CEAV O CEAV atua como um órgão articulador no atendimento a vítimas de violência. O serviço adota uma sistemática de trabalho com uma equipe multiprofissional, que recebe as vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identifica as situações de urgência, define a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica) e orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo também o acompanhamento dos processos judiciais.

Assessoria de Comunicação do TJMA asscom@tjma.jus.br

(98) 3198-4370

CNJ promove curso de Mediação em família

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob a coordenação da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, promove, nos dias 4 a 6 de março, em Brasília (DF), o Curso de Especialização em Mediação de Família. Com 28 vagas, o curso é presencial e gratuito. O encerramento das inscrições acontece no próximo dia 20.

Com o objetivo de capacitar os participantes na utilização e disseminação de práticas conciliatórias em conflitos familiares, o curso tem carga horária de 24 horas e é voltado para mediadores formados, com estágio supervisionado concluído. Os participantes devem ser indicados pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos dos tribunais ou por juízes responsáveis por Vara com competência de família.

Inscrições e informações na página do CNJ (www.cnj.jus.br).

Correição é marcada na 1ª Vara de Vitorino Freire

A 1ª Vara da Comarca de Vitorino Freire marcou o início da correição geral ordinária na secretaria da unidade para o dia 23 de fevereiro. De acordo com informações do juiz Jairon Ferreira de Moraes, titular, os trabalhos seguem até o dia 4 de março. Nesse período serão examinados os feitos processuais, bem como procedimentos adotados na secretaria judicial. Atualmente, 818 processos tramitam na vara.

O magistrado informou que os representantes locais da OAB/MA e Ministério Público foram convidados para acompanhar a correição e pedirá, às comunidades de Vitorino Freire, sugestões e críticas sobre os serviços prestados pelo Judiciário no município, que poderão ser entregues por escrito à Secretaria da Vara.

O atendimento e os prazos continuam normais na unidade judicial e as atividades ocorrerão durante todo o expediente. O magistrado já enviou a portaria ao Tribunal de Justiça e à Corregedoria Geral da Justiça.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Curso de Técnicas Administrativas é concluído em São Luís

O curso de Técnicas Administrativas, destinado a apenados cumprindo pena restritiva de direito na modalidade de prestação de serviço à comunidade e privativa de liberdade no regime aberto/prisão domiciliar, foi encerrado nesta segunda-feira (9), na Escola de Gestão Penitenciária, no Outeiro da Cruz. O curso é resultado da parceria entre SENAC, Sejap, Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário- UMF e 2ª Vara de Execuções Penais-TJ.

De acordo com informações da VEP, a realização desse curso teve por base a demanda de atividades de execução penal da unidade judicial, direcionado aos cumpridores de Prestação de Serviço à Comunidade e alguns do Regime Aberto, utilizando alguns critérios como interesse no curso, disponibilidade de horário, apresentação da documentação necessária (RG, CPF, comprovante de residência e de escolaridade), entre outros.

Foram oferecidos dois cursos: Técnicas Administrativas e Comportamento e Postura no Trabalho, ministrados por monitores do SENAC. O curso é uma oportunidade para as pessoas que cumprem pena receberem capacitação profissional e ainda diminuir suas penas, melhorando sua qualificação profissional e aumentando as suas oportunidades de ingressar no mercado de trabalho, ressaltou Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís.

E continua: Se nós conseguirmos contribuir para que, pela menos uma pessoa, dentre as certificadas neste curso, aprimore as suas habilidades pessoais, e, por meio disso, alcance uma vaga no mercado de trabalho, o nosso esforço já valeu a pena. Por outro lado, a nossa grande meta é atrair para o sistema de execução penal a experiência de todo o Sistema S, incluindo o SEBRAE, SEST, SENAI.

Parceiros - Cada parceiro se mobiliza para a realização do projeto, sendo que a equipe da 2ª VEP faz a divulgação, seleção, inscrição e acompanhamento dos alunos; a SEJAP cede o espaço físico para a realização das aulas; o SENAC ministra as aulas, entrega material didático e certifica os participantes; a UMF auxilia no acesso à documentação necessária.

É um projeto que muito nos agrada. Fomos convidados para oferecer o curso e o Judiciário e a SEJAP podem ficar cientes que a instituição SENAC é parceira, e forte. Começaremos com estes dois cursos, de comportamento e postura e depois de técnicas administrativas, mas o objetivo é ampliar ainda mais esse leque, destacou José Ahirton Lopes Batista, diretor regional do SENAC Maranhão.

É a primeira vez que tenho a oportunidade de realizar um curso de capacitação. Fui pai aos 14 anos, já fui morador de rua, passei um período da minha vida preso e agora pretendo me profissionalizar cada vez mais para conseguir um emprego, relata I.C.F., apenado que concluiu curso de Técnicas Administrativas.

Josicleia Viana, da equipe pedagógica do Senac, ressaltou que o SENAC se sente lisonjeado pela parceria que objetiva qualificar e dar oportunidade a um número crescente de pessoas, e que o mercado de trabalho está cada dia mais exigente. Espero que a parceria continue e desejo sucesso a todos os concludentes, explanou Josicleia durante o encerramento do curso.

Também presente no encerramento, a diretora da EGEPEN (Escola de Gestão Penitenciária), Maria Ideltrudes Freitas, disse que as portas da escola continuam abertas inclusive para a família dos apenados. A professora que ministrou o curso, Rosália Silva, relata que está muito feliz e realizada porque aprendeu muito com a turma. Todos deram um importante passo na sua qualificação e agora, cada vez mais, o futuro vai depender do esforço de cada um, completou.

A 2ª VEP já está com turma fechada para o curso de Panificação com carga horária de 60h, em parceria com o Movimento de Mulheres Vila Dom Luís, no bairro do Anjo da Guarda, previsto para início dia 23 de fevereiro e outro de fabricação de bombons de chocolates para data próxima à Páscoa.

Michael Mesquita//com informações da 2ª VEP (Luciane Oliveira)

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Fórum de São Luís promove palestra sobre DST/Aids nessa quinta (12)

Às vésperas do Carnaval, que começa nessa sexta-feira (13), a Diretoria do Fórum de São Luís, por meio da Divisão Médica, promove na quinta-feira (12) palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids, com ênfase na prevenção. A palestra será ministrada por profissional do Centro de Testagem Anônima (CTA do Lira) da Secretaria Municipal de Saúde. O evento começa às 9h30, no auditório Des. José Joaquim Ramos Filgueiras (térreo do fórum).

O diretor do fórum, juiz Osmar Gomes dos Santos, destaca que a palestra faz parte do calendário de eventos programados pela Diretoria para o ano de 2015, como parte das ações de integração e valorização do público interno.

O médico Marcondes Alberto Tavares da Silva Filho, chefe da Divisão Médica do Fórum, explicou que o objetivo principal é orientar as pessoas sobre as formas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o risco das relações sexuais sem o uso de preservativo. Durante a palestra, serão abordados também os sintomas, diagnóstico e tratamento das DST/Aids.

São Luís dispõe de duas unidades do Centro de Testagem Anônima (CTA), sendo uma no bairro Lira - Praça São Roque, s/n telefone (98) 3212-8379 - e outra no Anil (Av. São Sebastião, s/n, telefone (98) 3212-8379). O atendimento ocorre de segunda a sexta, das 8h às 12h das 14h às 18h.

Os CTAs são unidades especializadas no atendimento com orientação e informação sobre doenças sexualmente transmissíveis DST/Aids, com aconselhamento coletivo e individual e testes gratuitos para HIV, Sífilis e Hepatites B e C.

Estatísticas Segundo dados da Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira (PCAP), divulgados no final de janeiro deste ano pelo Ministério da Saúde, a maioria dos brasileiros (94%) sabe que a camisinha é melhor forma de prevenção às DST e Aids. Mesmo assim, 45% da população sexualmente ativa do país não usaram preservativo nas relações sexuais casuais nos últimos 12 meses. Realizada em 2013, a pesquisa entrevistou 12 mil pessoas na faixa etária de 15 a 64 anos, por amostra representativa da população brasileira.

TJMA recebe a visita do governador Flávio Dino

Para a presidente do TJMA, a visita é sinal da harmonia existente no relacionamento entre os dois poderes (Foto:Ribamar Pinheiro)

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu nesta terça-feira (10) a visita de cortesia do governador do Estado, Flávio Dino, acompanhado do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, e dos secretários Marcelo Tavares (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Felipe Camarão (Gestão e Previdência) e Carlos Lula (Adjunto da Casa Civil).

O encontro teve a participação da vice-presidente do TJMA, Anildes Cruz, da corregedora-geral, Nelma Sarney, e da maioria dos desembargadores que integram o colegiado. Os gestores conversaram sobre assuntos de interesse comum entre os poderes Judiciário e o Executivo, como a questão do pagamento dos precatórios judiciais, execução fiscal e programas sociais mantidos pela Justiça estadual, dentre outros.

A presidente do TJMA e os desembargadores apresentaram ao governador demandas relacionadas ao funcionamento e estrutura do Poder Judiciário, como a necessidade de um terreno para construir unidades administrativas - objeto da Lei nº 10.166/2014; recursos para construção e reforma de fóruns; cooperação no combate ao crime organizado e em parcerias com vistas a impulsionar o trabalho da conciliação na solução de demandas judiciais.

Para a desembargadora presidente, a visita é sinal da harmonia e do diálogo existentes no relacionamento entre os dois poderes, e foi útil para a discussão de diversas demandas da Justiça estadual. Durante a conversa, a magistrada demonstrou preocupação com a carência de recursos financeiros para o enfrentamento da demanda judicial.

A ampliação da estrutura do Poder Judiciário - do espaço físico ao número de magistrados e servidores-, é necessária, mas depende, 99%, da liberação financeira do orçamento pelo Executivo. Para nomear juízes e servidores precisamos de orçamento suficiente para pagar a folha, que já se encontra no limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos nomear sem ter recursos financeiros, porque isso iria onerar a folha de pagamento e a administração incidiria contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, declarou a desembargadora Cleonice Freire.

Segundo o governador Flávio Dino, a visita foi solicitada com o objetivo de registrar o compromisso do governo com a autonomia do Poder Judiciário e com a independência judicial, e também para conhecer os programas sociais que o Tribunal de Justiça desempenha, com o compromisso de apoiá-los, sobretudo nas áreas de combate à violência contra a mulher e da infância e juventude, de grande importância para a população.

No que se refere ao pagamento das dívidas judiciais do poder público, em situação de inadimplência, Flávio Dino disse desejar retomar o pagamento dos precatórios em atraso, respeitando a prioridade, e demonstrou interesse em agilizar também outras ações judiciais importantes para o Estado, que poderão garantir atendimento adequado às questões da saúde e de outras políticas públicas.

Tratamos das execuções fiscais e sobre o que poderemos fazer para que aqueles que devem ao Estado possam cumprir suas obrigações e com isso mantermos o financiamento das políticas públicas, acrescentou o

governador.

SEGURANÇA - Durante a visita, o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, demonstrou preocupação com o combate ao crime organizado no Maranhão e com as condições de encarceramento dos condenados em regime de segurança máxima.

O magistrado destacou a experiência exitosa do Judiciário maranhense na realização das audiências de custódia na Central de Inquéritos da capital, modelo implantado com o fim de realizar triagem, averiguar a incidência de tortura física ou psicológica ao preso e examinar a legalidade e necessidade da prisão.

O governador do Estado anunciou, na oportunidade, que irá construir um presídio de segurança máxima no Estado, uma vez que o Presídio São Luís III, em Pedrinhas, não se presta a essa finalidade.

ORÇAMENTO Ao final da audiência ficou acertado o compromisso de haver uma reunião técnica entre a área de orçamento do Tribunal de Justiça e a Secretaria de Planejamento do Estado, para que sejam analisadas as demandas do Judiciário, no que se refere à necessidade de recursos humanos e de infraestrutura, para que possa ser pactuado um cronograma visando ao atendimento dessas necessidades.

Também compareceram à visita os desembargadores Antonio Bayma, decano; Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Cleones Cunha, Benedito Belo, Joaquim Figueiredo, Maria das Graças Mendes, Paulo Velten, Lourival Serejo, Raimundo Melo, José Bernardo, José Luiz Almeida, Raimundo Barros, Ricardo Duailibe, Marcelino Everton, e João Santana. E, ainda, os juízes Luiz Gonzaga e Roberto Abreu Soares.

Corregedoria retoma projeto Jovem Comissário em São Luís

Uma conversa entre o juiz corregedor José Américo Costa e alunos da Escola Arimatéa Cisne, localizado na Estiva, marcou a retomada do projeto Jovem Comissário pela Corregedoria da Justiça, idealizado pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís. O encontro foi realizado nesta terça-feira (10) e contou com apoio de uma equipe de servidores da 1ª Vara. A iniciativa tem o objetivo de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Na ótica do juiz corregedor, a sociedade necessita da presença do poder público para garantir o fomento da cidadania, principalmente nas comunidades mais carentes. Afastado da 1ª Vara da Infância para exercer a função atual na Corregedoria da Justiça, José Américo implementou diversas iniciativas na área da infância e da juventude na capital maranhense e afirmou que a proposta para este ano é estender algumas iniciativas para todo o Estado.

Com a reativação do Conselho da Infância e da Juventude pela Corregedoria, nossa atuação na proteção das crianças e adolescentes foi ampliada. A corregedora está montando uma nova composição e já vamos iniciar os trabalhos envolvendo outras comarcas do Estado. Nossa proposta é ampliar a atuação, alcançando as comarcas do interior e estimulando iniciativas de proteção aos menores nos mais diversos municípios, assim como institucionalizar os projetos voltados para proteção das crianças e adolescentes, garantiu José Américo.

Em conversa com alunos a equipe fez uma avaliação da execução do projeto na escola, oportunidade em que os estudantes foram capacitados para atuarem como multiplicadores. A proposta desta vez é dar prosseguimento a ações relativas ao projeto, mas envolvendo familiares dos alunos e também a comunidade em que estão inseridos. Os jovens aprovaram o projeto e de acordo com depoimentos são muitos os problemas na região. Eles destacam que a presença dos membros do Judiciário já ajudou na solução de problemas diários.

Hoje, se me deparo com uma situação de violência contra menor já sei como fazer para resolver, para onde posso ligar ou quem procurar, como o Conselho Tutelar, disse Alef Sousa, que participou do projeto e acaba de concluir o Ensino Fundamental.

Para Vanessa Aguiar, aluna do 8º ano, o projeto contribui para autoestima. Ela avalia como positiva a experiência, mas reforça que a comunidade também precisa estar envolvida. Seria bom levar essa iniciativa para toda a comunidade para que outras pessoas pudessem ter a mesma oportunidade de acesso a informações que são importantes, sugeriu.

Alguns temas foram propostos para as próximas etapas do projeto. Os estudantes querem o envolvimento das famílias e mais orientação sobre assuntos como relacionamento afetivo, educação e orientação de filhos, drogas ilícitas, direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e exploração da mão de obra infantil.

Multiplicação Além de formar cidadãos conscientes de seus direitos, o projeto também tem a finalidade de desenvolver nos alunos o senso de responsabilidade sobre a realidade em que vivem, tornando-os multiplicadores de todo aprendizado.

Vivi uma situação que pude resolver com a formação que tive no projeto. Uma vizinha minha saía de casa e deixava os filhos sozinhos. Aí eu conversei com ela e expliquei que ela não podia fazer isso, pois poderia até perder a guarda das crianças se fosse denunciada. Hoje ela não deixa mais as crianças sozinhas, contou Luis Felipe, aluno do 8º ano.

Realidade Durante a reunião foram relatadas diversas dificuldades que a comunidade da Estiva enfrenta atualmente. A rede de serviços públicos é precária, com poucas oportunidades de lazer, prática esportiva e atividades culturais. Também houve diversos relatos do uso de drogas.

A equipe constatou que muitas crianças são colocadas para trabalhar no comércio que se instalou às margens da BR 135, em virtude da grande quantidade de caminhões que precisam parar no posto da Receita estadual. Apesar de contribuir para movimentar a economia na comunidade, os caminhoneiros fortalecem um comércio feito também por crianças.

Outro problema verificado foi a fragilidade nas relações familiares, uma vez que muitos pais precisam se deslocar até o Centro de São Luís para trabalhar, sendo obrigados a sair de casa antes do amanhecer e só retornando no período da noite. Durante todo o dia muitas crianças acabam ficando sem o acompanhamento dos pais. O deslocamento até a região central, por meio de transporte público, costuma demorar mais de uma hora.

Apoio o Projeto Jovem Comissário é desenvolvido por uma equipe transdisciplinar e sua execução conta com a parceria promovida entre a Corregedoria Geral de Justiça; Tribunal de Justiça; Polícia Militar (GEAP); BEMFAM; Tribunal Regional Eleitoral; e Conselho Tutelar da Área Rural.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Governador Flávio Dino reafirma compromisso com a justiça em visita ao TJ

Apresentar e debater ações que dêem mais celeridade à justiça e beneficiem a comunidade. Esse foi o objetivo de uma comitiva liderada pelo governador Flávio Dino ao Tribunal de Justiça do Maranhão. Acompanharam o governador na visita o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, o adjunto da pasta, Carlos Lula, o secretário de Gestão e Previdência, Felipe Camarão, o secretário de Transparência e Controle, Rodrigo Lago, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Flávio Dino reafirmou o seu respeito pelos princípios constitucionais, defendendo a independência entre os três Poderes da República e lembrando que a sua gestão será pautada pela justiça social. “A justiça não é apenas um adereço presente na nossa constituição, ela precisa ser vivenciada na prática por todos nós diariamente. Vamos investir para que o Poder Judiciário trabalhe sempre melhor para o benefício da população”, destacou o governador.

Uma das solicitações feitas pelo governador foi a agilização das demandas de saúde. “Nós conversamos sobre a agilização de algumas ações judiciais que são importantes para o Maranhão, sobretudo aquelas que garantirão que nós tenhamos um atendimento adequado à saúde e outras políticas públicas que tragam mais benefícios para o povo do estado”, explicou o governador.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, mostrou a disposição do Judiciário maranhense em solucionar com agilidade o tema da saúde, pois a Casa possui uma comissão interna especificamente para tratar desses temas prioritários. “Essa comissão visa reduzir a demora de questões prioritárias. Vamos intensificar os trabalhos no que diz respeito à saúde”, garantiu a presidente, afirmando que vem dialogando com o novo governo para garantir atendimento célere à população.

Outro tema debatido entre os participantes foram execuções fiscais relacionadas ao Maranhão, que vão garantir mais arrecadação para estado. “Como nós podemos fazer com que aqueles que devem ao estado possam cumprir as suas obrigações e com isso nós possamos manter o cumprimento das políticas públicas”, ressaltou o governador Flávio Dino.

Precatórios

Desde o ano de 2012, o Estado não paga nenhum precatório, as dívidas do Estado reconhecidas pelo Judiciário. Esse atraso representa um montante de R\$ 540 milhões que devem sair dos cofres do estado. “Herdamos três anos de fila e queremos regularizar essa situação até o ano de 2018. A nossa proposta é instalar um juizado de conciliação de precatórios para conseguir dar mais celeridade a esse projeto”, destacou o governador, que propôs a criação de uma instância de conciliação entre o Poder Executivo e seus credores de precatórios.

A presidente do TJ-MA considerou esta uma solução adequada para o problema. “Essa ideia é muito boa para agilizar a fila de precatórios acumulada há três anos aqui no Maranhão. O nosso programa de conciliação existe há três anos e está se mostrando muito eficaz. Inclusive estamos expandindo pra outras áreas da ilha”,

observou a desembargadora Cleonice Freire.

Estão sendo adotadas uma série de medidas pelo Estado para que até 2018 todos os precatórios estejam pagos. “Nós vamos tentar reativar uma política de pagamentos desses precatórios mediante acordos e conciliações feitos por regras objetivas e transparentes. Para isto vamos procurar outras fontes para tentar pagar esses recursos, como, por exemplo, o uso de depósito judicial tributário, já que existe uma lei federal que prevê essa utilização e nós estamos regulamentando, no âmbito da Procuradoria do Estado, a minuta de uma lei para utilização, pelo Estado, desse recurso que nós estamos levantando junto ao Banco do Brasil, para pagar tanto os precatórios quanto a dívida fundada do Estado”, esclareceu o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.